

# *Santo Estêvão de Chaves: Uma nova inscrição do Bispo D. Pedro*

Mário Jorge BARROCA  
UP/FLUP - CEAUCP/CAM

## **Resumo**

Estudo de duas inscrições medievais da Igreja de Santo Estêvão de Chaves, no Norte de Portugal: uma de 1089, comemorando a Dedicção do templo; outra, de 1294, comemorando a reedificação da igreja. A inscrição mais antiga, que corresponde à dedicação presidida pelo Bispo D. Pedro (1071-1091), é contextualizada na mais antiga documentação medieval relativa a Santo Estêvão de Chaves e no conjunto das dedicações conhecidas para aquele bispo de Braga.

**Palavras-chave:** Epigrafia Medieval – Dedicção – D. Pedro, Bispo de Braga

## **Abstract**

Study of two medieval inscriptions of Santo Estêvão de Chaves, a church in the North of Portugal: one of 1089 (AD), celebrating the Dedication of the temple; the other one, of 1294 (AD), celebrating the rebuilding of the church. The oldest inscription, which corresponds to the dedication officiated by the Bishop D. Pedro (1071-1091), is contextualized in the earliest medieval documentation of Santo Estêvão de Chaves and in the other dedication ceremonies known to the Bishop of Braga.

**Keywords:** Medieval Epigraphy – Dedication – Pedro, Bishop of Braga

A Igreja de Santo Estêvão de Chaves é um curioso templo que foi integralmente reconstruído no século XVI mas onde se cruzam testemunhos arqueológicos e arquitectónicos de diversas épocas, retrato de uma intensa ocupação humana que esta zona conheceu desde tempos remotos. Entre eles contam-se quatro inscrições romanas – três de carácter funerário e uma eventualmente honorífica – estudadas por

A. Rodríguez Colmenero e por Ricardo Teixeira<sup>1</sup>. A esses testemunhos, que devem ter sido deslocados das imediações do templo para o seu adro, acrescentam-se diversos vestígios medievais, incorporados nos muros da igreja paroquial ou preservados no seu espaço envolvente, que espelham a existência de um templo com origens ancestrais, documentado desde o século X.

A escassos metros de distância do seu adro encontramos a conhecida Torre de Santo Estêvão, uma estrutura senhorial fortificada (*domus fortis*), erguida no século XIV e com reformas posteriores, popularmente conhecida como “Castelo de Santo Estêvão”. A Torre de Santo Estêvão tem uma planta quase quadrangular – mede 11,40 x 11,50 m – e tem três pisos (contando com o rés-do-chão). Apresenta uma entrada original dotada de arco quebrado, rasgada na fachada Oeste, ao nível do primeiro andar. O acesso, que inicialmente deveria ser feito com recurso a escada de madeira, foi depois reformulado e passou a ter um carácter fixo, com degraus em granito. Nesse mesmo piso mas na face oposta, voltada a Este, encontra-se uma outra abertura que foi reformulada no século XVI, tendo as suas aduelas (outrora lisas) sido recortadas e adquirido um perfil polilobulado. O extradorso das aduelas mostra, contudo, a configuração original desta abertura. Com a reforma quinhentista, esta abertura passou a comportar uma estrutura em madeira, de que restam evidentes marcas. No século XV o acesso ao interior da Torre de Santo Estêvão sofreu uma profunda alteração, tendo sido rasgada uma segunda porta, agora ao nível do rés-do-chão, na fachada voltada a Norte. Como é usual neste tipo de construções senhoriais, o último piso – neste caso o segundo -, é o “andar nobre”, apresentando quatro janelas geminadas, com remate superior trilobado e mainel central, que espelham a cronologia trecentista desta *domus fortis*. O coroamento, como também é regra, é ameado, o que lhe conferia um carácter fortificado, logo senhorial. Talvez por isso, a Torre de Santo Estêvão tem sido insistentemente confundida com o “Castelo de Santo Estêvão”<sup>2</sup>, uma estrutura militar que se encontra documentada na Idade Média e que foi ocupada pelas forças de Afonso IX de Leão entre 1212 e 1231, no quadro do conflito que opôs o monarca leonês e Afonso II, depois do seu casamento com D. Teresa, filha de Sancho I e irmã do monarca português, ter sido anulado pelo papado. Ricardo Teixeira, reconhecendo a impossibilidade de esta estrutura castelar poder ser identificada com a *domus fortis* que se ergue junto do templo, propôs a identificação do Castelo de Santo Estêvão com o Penedo de Santiago ou Castelo de Eiras (freg. de Eiras), onde identificou vestígios de uma estrutura castelar medieval<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Cf. António Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae. 1. Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1987; e, sobretudo, Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, pp. 41-42.

<sup>2</sup> Vd., por exemplo, Rita Costa Gomes, *Castelos da Raia*, vol. II, *Trás-os-Montes*, Lisboa IPPAR, 2003, p. 175.

<sup>3</sup> Cf. Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, pp. 82-83 e 207-208. Vd. tb., do mesmo autor, “Castelos e Fortificações da Região de Chaves entre a “Reconquista” e a Baixa Idade Média”, in Mário Barroca, António Malpica Cuello e Manuel Real (Coord. de), *Arqueologia da Idade*

No adro da Igreja de Santo Estêvão encontramos uma estela funerária medieval onde foi gravado um tabuleiro de jogo. A estela mede 47 cm de largura e 83 cm de altura. O tabuleiro é quase quadrado, medindo 30 cm de largura e 33 cm de altura. Apresenta os usuais três quadrados concêntricos, com ponto gravado no centro do campo menor. Os três quadrados são interligados entre si por quatro segmentos de recta que foram gravados a meio de cada lado. Trata-se, portanto, de um tabuleiro destinado ao jogo do *Alquerque de Nove*, muito usual na Idade Média. Este tabuleiro, assim como outro gravado em silhar, já foi referido por António Rodríguez Colmenero, que o interpretou como “*um labirinto, talvez relacionado com seitas cristãs heterodoxas*” [sic]<sup>4</sup> e por Ricardo Teixeira, que se demarcou desta interpretação esotérica e defendeu uma correcta interpretação como tabuleiro de jogo medieval<sup>5</sup>. A presença de tabuleiros de jogo no adro de igrejas medievais reflecte a vivência quotidiana, e até lúdica, do espaço cemiterial ao longo da Baixa Idade Média e é, de resto, um acontecimento relativamente corrente entre nós. Encontramos outros exemplos na Igreja de S. João da Castanheira (Chaves), na Igreja de Freixo de Espada à Cinta, na Igreja de Águas Santas (Maia), na Igreja Velha de S. Torquato (Guimarães), na Igreja Velha de Serzedelo (Guimarães), na Igreja de Monsaraz, no claustro da Colegiada de Guimarães, no claustro da Sé Velha de Coimbra, no claustro do Convento de S. Francisco de Estremoz, etc, etc.

No interior da Igreja de Santo Estêvão de Chaves, na zona da capela-mor, num silhar hoje embutido na face interna da parede norte, à esquerda do altar e perto do acesso à sacristia, encontram-se gravadas duas inscrições medievais. São elas o motivo desta nossa pequena nótula.

O silhar, de granito, tem dimensões apreciáveis: mede 147 cm de comprimento e 42 cm de altura. Estas dimensões sugerem que possa ter sido, primitivamente, um lintel. As letras da primeira inscrição apresentam uma altura média de 5,5 cm. As da segunda inscrição são um pouco mais pequenas, medindo, em média, apenas 5 cm. A inscrição mais antiga foi gravada sensivelmente ao centro do silhar, em baixo, desenvolvendo-se em duas regras com extensão semelhante. Houve, portanto, algum cuidado na paginação do texto, embora o resultado final tenha sido relativamente modesto. Sublinhemos que, se a pedra correspondesse a um lintel, a inscrição ficaria centrada sobre o vão de entrada. Nela conseguimos ler:

+ IN ERA M C XX VII  
CALENDAS IVLIAS

O único sinal que se detecta é um traço horizontal por cima do M, primeiro numeral da Era, um sinal de valor universal. De resto, a inscrição ignora abreviaturas.

---

*Média da Península Ibérica*, Porto, ADECAP, 2000, pp. 96-97 e 103-104.

<sup>4</sup> António Rodríguez Colmenero, *Aquae Flaviae. 1. Fontes Epigráficas*, Chaves, Câmara Municipal de Chaves, 1987, pp. 358-359, N<sup>o</sup>s 227 (estela) e 228 (silhar).

<sup>5</sup> Ricardo Jorge C. Marques Abrantes Teixeira, *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Diss. de Mestrado, Porto, 1996, p. 41-42.

O conteúdo deste singelo letreiro não oferece grandes dúvidas: comemora-se uma data – as calendas de Julho da Era Hispânica de 1127, isto é, o dia 1 de Julho do A.D. 1089. Apesar de a inscrição não o referir de uma forma explícita, julgamos que se trata da data da Dedicção ou Sagração deste templo medieval. Sublinhemos, em abono da nossa suposição, a localização da inscrição, na parede interna da Capela-Mor, o que significa que os reconstrutores quinhentistas reconheceram o valor simbólico deste silhar e das suas inscrições e lhe reservaram um local de eleição no templo que estavam a reconstruir. Mas o principal argumento a favor da nossa interpretação reside no facto de o dia 1 de Julho ter coincidido, nesse ano de 1089, com um Domingo, o dia canonicamente indicado para a realização de uma cerimónia dessa natureza<sup>6</sup>.

A segunda inscrição, gravada no mesmo silhar mas ocupando uma posição periférica, no ângulo superior esquerdo, é substancialmente mais tardia e diz:

+ ERA DE M CCC  
XXXII FOY REHEDIFIC  
ADA

Ou seja, na Era de 1332 (A.D. 1294) a igreja de Santo Estêvão de Chaves foi reedificada.

Desta forma, dois passos significativos do itinerário da Igreja de Santo Estêvão de Chaves estão cronologicamente bem caracterizados. Por este silhar ficamos a saber que o templo actual, que resulta de uma profunda e radical reforma quinhentista, tinha sido (re)edificado e sagrado em 1089<sup>7</sup>, e que fora de novo reformado duzentos anos mais tarde, em finais do Séc. XIII, em 1294.

As duas inscrições de Santo Estêvão de Chaves não foram incluídas na nossa dissertação de Doutoramento, apresentada em 1995 e defendida em Março de 1996<sup>8</sup>, uma vez que nessa altura desconhecíamos a sua existência<sup>9</sup>.

Importa, nesta breve nótula, contextualizar estas inscrições. A actual freguesia de Santo Estêvão de Chaves corresponde à vetusta paróquia de Santo Estêvão de Faiões, documentada nos séculos X a XII por intermédio de várias escrituras exaradas no *Liber Fidei*. A mudança de nome ocorreu num passado relativamente recente, quando, em 20 de Julho de 1925, a vizinha freguesia de Faiões se separou de Santo Estêvão e se autonomizou, ficando o topónimo Faiões a ela vinculado. A partir de então a freguesia de Santo Estêvão passou a ser designada “de Chaves”, recuperando uma fórmula já utilizada nalguns diplomas do século XII (cf. Anexo 1).

A primeira notícia que conhecemos para Santo Estêvão de Faiões remonta a 24 de

<sup>6</sup> Para o cálculo utilizamos as tabelas de José Saraiva, “A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 2, Coimbra, 1943, pp. 25-220.

<sup>7</sup> Como veremos de seguida, o templo de 1089 já não era o primeiro edifício de culto.

<sup>8</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols., Lisboa, FCG-FCT, 2000.

<sup>9</sup> Tivemos conhecimento destas inscrições pouco depois de defendermos a nossa dissertação. Essa informação foi-nos transmitida por Carlos Miguel Freitas Martinho, na altura estudante da licenciatura de História, variante de Arqueologia, a quem estamos reconhecidos.

Junho de 995. Trata-se de uma venda de bens que Paio Rodrigues fez a Miro Gontemiriz e a sua mulher, sendo, nesse diploma, referido um mosteiro consagrado a S. João<sup>10</sup>. O diploma foi subscrito por *Gaudioso presbiter*, eventualmente membro dessa pequena comunidade monástica<sup>11</sup>. Esta referência documental, ainda que isolada, revela a existência de uma estrutura monástica, certamente de dimensão muito modesta, que pode ter sido o embrião do povoamento de Santo Estêvão. Trinta anos mais tarde voltamos a ter eco da sua existência quando, entre os confirmantes do célebre LF 22, de 1025, surge mencionado o abade Afonso: “*Adefonsus de claustra Sancti Stephani abba conf.*”<sup>12</sup>. Pelo que esta subscrição indica, o orago do mosteiro já teria sido mudado para Santo Estêvão, consagração que o templo paroquial manteve até aos nossos dias. As referências ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões prolongam-se durante mais meio século, até 1073<sup>13</sup>. Sublinhemos, em primeiro lugar, que o volume de referências documentais a Santo Estêvão aumenta significativamente a partir de 1072, ou seja, desde que o bispo D. Pedro ocupou a cátedra bracarense (1071). Este novo dinamismo que o prelado imprimiu à diocese de Braga, constituindo ou reestruturando a sua base patrimonial, foi devidamente estudado e valorizado por Luís Carlos Amaral e, em Trás-os-Montes, adquiriu particular relevância na zona de Panoias e, precisamente, na de Chaves/Faiões<sup>14</sup>. Sublinhemos, ainda, e em segundo lugar, que a partir de 1073 deixamos de ter referências documentais explícitas ao cenóbio, muito embora a documentação sobre Santo Estêvão de Faiões e a sua igreja se multiplique no *Liber Fidei*, espelhando o dinamismo que o povoamento dessa zona conhecia e o interesse que a própria diocese bracarense depositava nesse espaço. Com efeito, a partir desse ano não se conhecem mais referências ao mosteiro (até então designado “*monasterio*” ou “*cimiterio*”), mas apenas menções da igreja (agora referidas como “*ecclesia*” ou “*domum*”). É, portanto, provável que o mosteiro se tenha extinguido por volta desse ano e que o seu templo se tenha secularizado, reduzindo-se a simples igreja paroquial. No Anexo 1 sintetizamos os documentos do *Liber Fidei* que respeitam a Santo Estêvão de Faiões.

A data exarada na nossa inscrição – 1 de Julho de 1089 – enquadra-se, portanto, na fase em que o templo de Santo Estêvão já estaria reduzido à condição paroquial. A sua passagem de templo monástico para igreja paroquial poderá ter sido o motivo para uma reconstrução arquitectónica. A velha igreja pré-românica, certamente muito modesta e pequena, que servia uma limitada comunidade monástica desde o século X, terá sido

---

<sup>10</sup> LF 406.

<sup>11</sup> Sobre a identificação do Mosteiro de S. João com Santo Estêvão de Faiões veja-se Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 723-724.

<sup>12</sup> LF 22.

<sup>13</sup> LF 361 = LF 390.

<sup>14</sup> Cf. Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 268-270. O património bracarense em Santo Estêvão de Faiões foi também estudado por Maria Teresa Nobre Veloso e Maria Alegria Fernandes Marques, “O domínio da Sé de Braga em terras de Chaves na Idade Média. O contributo do *Liber Fidei*”, *Theologica*, 2ª série, vol. XXVIII, fasc. 2, *Avelino de Jesus da Costa. Homenagem. Estudos de História Religiosa*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia-Braga, 1993, pp. 353-374.

demolido para, em seu lugar, ser erguido um novo templo, já mais próximo da estética românica, adaptado às novas exigências da liturgia e apto a receber uma comunidade de fiéis que, a julgar pela documentação da época, seria cada vez mais numerosa. Como a Igreja de Santo Estêvão de Chaves pertencia à Diocese de Braga, restaurada em 1071, era ao bispo D. Pedro (1071-1091) que competia presidir à cerimónia de sagração ou dedicação. Julgamos, por isso, que a inscrição de 1 de Julho de 1089 pode documentar uma nova sagração presidida por D. Pedro, a acrescentar a outras bem conhecidas, no espaço da sua diocese e até no âmbito territorial da diocese do Porto.

A actuação de D. Pedro está, neste aspecto, relativamente bem documentada<sup>15</sup>. O prelado presidiu a perto de uma dezena de cerimónias de sagração ou dedicação e em várias delas a documentação revela que apenas aceitava realizar a cerimónia desde que estivesse garantido o dote do templo. É o que nos revela, por exemplo, o presbítero Gosendo, que instituiu o dote da Igreja de S. Julião de Tabuaças (conc. de Vieira do Minho) para que o bispo D. Pedro procedesse à sagração do templo: “*Ego Gondesindus presbiter de Sancto Iuliano de Tabulazas una pariter cum heredes et filiis ecclesie invitavit Petrus episcopus Bracarensis ecclesie et omnes clerici et noluit venire si non fecissemus ei dotem et restorationem sicut kanon docet.*”<sup>16</sup>. A mesma situação detecta-se em relação à igreja de S. Martinho de Cedofeita, templo que, apesar de se localizar na diocese do Porto, foi sagrado pelo bispo D. Pedro porque a diocese portuense ainda não estava restaurada e a sua administração era da responsabilidade da sede bracarense. Os seus instituidores fizeram escritura do dote da igreja portuense para que o bispo D. Pedro consagrasse o templo, esclarecendo: “*Placuit eis ut observassent secundum canonum sicut dicit in concilio Bracalensi ut non prius dedicet ecclesia nisi antea dotem basilice*”<sup>17</sup>.

Ao longo das duas décadas que esteve à frente dos destinos bracarense (entre 1071 e 1091), o bispo D. Pedro deixou o seu nome ligado à sagração de vários templos<sup>18</sup>. Logo em 1074 presidiu à sagração da Igreja de S. Julião de Tabuaças (conc. de Vieira), de que se conhecem dois diplomas – um de doação do templo à diocese de Braga e outro de instituição do respectivo dote<sup>19</sup>. No ano seguinte o seu nome aparece ligado à dedicação da Igreja de S. Miguel de Gualtar (conc. Braga), onde se conserva uma inscrição<sup>20</sup>. Em

---

<sup>15</sup> Para além do clássico estudo de Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, 1959 (com 2ª ed., revista, Braga, 1997-2000), a mais recente abordagem do tema deve-se a Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 332-342.

<sup>16</sup> LF 614, de 1 de Agosto de 1074.

<sup>17</sup> LF 602, de 20 de Setembro de 1087.

<sup>18</sup> As sagrações de D. Pedro já foram abordadas noutros estudos. Entre eles, salientemos o de Manuel Luís Real, “O projecto da catedral de Braga, nos finais do Século XI, e as origens do românico português”, *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 446-454.

<sup>19</sup> Respectivamente LF 97, de 28 de Julho de 1074; e LF 614 = PMH, DC 514, de 1 de Agosto de 1074. Sobre o significado destes dois documentos veja-se Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 332-335.

<sup>20</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT,

fins de Outubro de 1085 recebeu o dote da Igreja de S. Mateus e S. Gens de Soalhães (hoje S. Mateus de Oliveira, conc. de Vila Nova de Famalicão), condição para que fosse benzer o templo – “... *per benedictionem episcopi Petri...*”<sup>21</sup>. Os diplomas incluíam a doação de terrenos para a tumulação dos corpos e para sustento do pároco e do templo: “*Damus ibidem ad corpora tumulandu XII<sup>m</sup>. dextros et pro celeratione clericorum LXXX<sup>a</sup>. II<sup>o</sup>. passales in circuitu et ornamenta ecclesie sicut canon Romane Ecclesie docet*”. Em 20 de Setembro de 1087, o bispo D. Pedro deslocava-se até à periferia da cidade do Porto para sagrar a Igreja de S. Martinho de Cedofeita. Egas Ermiges e os demais patronos constituíram o dote do templo e entregaram-no ao prelado bracarense, que era então, como referimos, o responsável pela administração da diocese portuense e, portanto, o prelado que devia presidir a essa cerimónia litúrgica: “*faceremus ad vobis textum scripture et firmitati et dotem confirmatione de ecclesia vocabulo Sancti Martini de Citofacta vobis Petrum episcopus Bracalensis ecclesie dum invitatur ad ipsos fideles ad consecrandam ipsam basilicam*”<sup>22</sup>. Um mês mais tarde, a 19 de Outubro de 1087, estava a receber o dote da Igreja de S. Salvador, S. Miguel e S. Julião da Várzea (hoje S. Miguel de Outeiro Seco, conc. de Chaves), a cuja consagração presidiu: “... *faceremus vobis domno Petro Bracarensi episcopo dotem baselice vocabulo Sancti Salvatoris et Sancti Iuliani in villa quam vocitant Varzena in territorio Flavias discurrente ribolo Tamega. Quociens ab aliquo fidelium consecrandas ecclesias episcopus invitatur per donationem confirmatur accipiat et non sit sine luminariis vel sina sustentatione clericorum qui ibidem servituri sunt sed in omni circuitu ecclesie LXXX et III<sup>or</sup> dextros ...*”<sup>23</sup>. Nesse mesmo ano de 1087 o prelado esteve ainda ligado à dedicação da Igreja do Mosteiro de S. Romão de Neiva (conc. de Viana do Castelo), em cerimónia que contou com a presença de Gonçalo, bispo de Dume, e de Auderico, bispo de Tui: “... *et convocavit episcopos ad dedicationem cum suis archidiaconibus et abbatibus cunctis et plures servi dei qui in ipso episcopio erant et esse potuerunt Petrus bracarensis Gundisalvus dumiensis Adericus tudensis et ceteris heredibus et benefactoribus ...*”<sup>24</sup>. Pouco antes de 29 de Setembro de 1088 estava de novo de regresso à diocese do Porto, para proceder à dedicação do altar da Igreja do Mosteiro de Paço de Sousa (conc. de Penafiel), como nos testemunha um diploma dessa data que regista que as relíquias tinham sido depositadas no altar pelas mãos do prelado bracarense (“... *cum aliis Sanctorum reliquiis, que ibidem recondite sunt per manus Summi Pontificis Petri, Ecclesie Bracarensis Episcopi ...*”<sup>25</sup>) e como estava memorizado em inscrição moderna pintada no seu tímpano ocidental<sup>26</sup>. O ano seguinte - o de 1089 -

---

2000, Insc. 36, pp. 113-114.

<sup>21</sup> LF 138, de 23 de Outubro de 1085; LF 137, de 28 de Outubro de 1085. Vd. Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*, diss. de Doutoramento, Porto, 2007, pp. 335-336.

<sup>22</sup> LF 602, de 20 de Setembro de 1087.

<sup>23</sup> LF 413 = LF 601, de 19 de Outubro de 1087.

<sup>24</sup> PMH, DC 680, de 1087.

<sup>25</sup> PMH, DC 713, de 29 de Setembro de 1088.

<sup>26</sup> A inscrição, moderna, estava pintada no medalhão circular no tímpano ocidental de Paço de Sousa. Foi duramente afectada pelos restauros do Séc. XX, que a tornaram virtualmente ilegível. Nela se registava:

foi fulcral na vida de D. Pedro. Como referimos, acreditamos que a 1 de Julho de 1089 o prelado esteve em Santo Estêvão de Faiões ou de Chaves para presidir à sagração do novo espaço de culto. Dois meses mais tarde, a 28 de Agosto de 1089 esteve presente – embora não tenha presidido – à cerimónia de sagração da Sé de Braga, de cuja reforma românica foi grande obreiro. A cerimónia foi presidida por D. Bernardo, arcebispo de Toledo, e contou com a presença de vários outros prelados. Para além do bispo de Braga encontramos referência a Gonçalo de Dume e a Auderigo de Tui (ambos já presentes na sagração de S. Romão de Neiva, dois anos antes) e ainda a Pedro de Orense: “... *Et testamus illas villas per manus Bernardus archiepiscopus Toletane sedis in illa dedigatione Bracarense ecclesie et alii episcoporum Gundisalbus Dumiensis sedis, Auderigus Tudense sedis, Petrus Auriense sedis, regnante Adefonsus rex in Spania et habitante in Toletto et in Roma Urbanus pape.*”<sup>27</sup>. Finalmente, acrescentemos que ainda é possível que D. Pedro tenha presidido à sagração da Igreja de S. Gens de Montelongo (conc. de Fafe), onde se conserva uma inscrição com a indicação da «ERA MCXX / VIII» (a.D. 1091)<sup>28</sup>. A todas estas referências datadas acrescentemos três inscrições sem datação expressa, e que portanto podem corresponder a qualquer momento do episcopado de D. Pedro: a inscrição do Castelo de Lanhoso<sup>29</sup>, a inscrição da Igreja de Stª Maria de Adaúfe<sup>30</sup> e a inscrição da Igreja Velha de Lomar<sup>31</sup>.

Todas estas inscrições e notícias documentais revelam o intenso labor do bispo D. Pedro na reestruturação da diocese bracarense e na implementação, dentro do seu espaço, das normas litúrgicas gregorianas. Apesar de não registar de forma expressa o seu nome, a inscrição de Santo Estêvão de Chaves, de 1 de Julho de 1089, inscreve-se, cremos nós, nesse mesmo movimento, sendo, assim, mais um dado a acrescentar à biografia do bispo D. Pedro.

---

«*TEMPLUM HOC AD TRUITEZINDO GALENDIS FUNDATUM ANNO DCCCCLVI SACRATUM FUIT AD PETRO ARCHIEPISCOPO BRACHARENSI HISPANIARUM PRIMATE III KL OCTOBR ANNO MLXXXVIII*». As 3 calendas de Outubro correspondem a 29 de Setembro.

<sup>27</sup> LF 605, de 28 de Agosto de 1089.

<sup>28</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 38, pp. 115-117. Sublinhemos, no entanto, que em relação a esta inscrição, que apenas memoriza uma data, não temos prova inequívoca que corresponda a uma dedicação.

<sup>29</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 32, pp. 106-109.

<sup>30</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 33, pp. 109-111.

<sup>31</sup> Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo 1, Lisboa, FCG-FCT, 2000, Insc. 34, pp. 111-112.

## ANEXO 1

### Documentos relativos a Santo Estêvão de Faiões (Séc. X a XII)

Data	Fonte documental	Assunto
995, Junho, 24	LF 406	Paio Rodrigues vende a Miro Gontemiriz e esposa duas terças de Faiões e do Mosteiro de S. João ( <i>"II<sup>as</sup> tercias integras de Faiones et de illo monasterio integro Sancto Iohanne"</i> ). Encerra registando: <i>"Gaudioso presbiter notuit. Regnante rex Vermudus"</i> .
1025, Agosto 30	LF 22	Entre os confirmantes figura <i>"Adefonsus de claustra Sancti Stephani abba conf."</i>
1072, Agosto, 25	LF 359 = LF 397 = LF 400	Martinho <i>Zarraquiz</i> doa ao presbítero Fernando Pais, seu sobrinho, os bens que possuía em Santo Estêvão, no território de Chaves ( <i>"territorio Flabias subtus mons Batoccas discurrente flumen Tamice in villa quod vocitant Sancti Stephani"</i> LF 400), com a obrigação de os deixar em testamento ao mosteiro de Santo Estêvão ( <i>"et post obitum tuum revertantur et testentur cimiterio Sancti Stephani et reliquiis qui ibi recondite sunt."</i> LF 359). Em LF 400 registado com a data de 23 de Fevereiro de 1086.
1072, Dezembro, 25 (?)	LF 360 = LF 398 = LF 401	<i>Meirina</i> doa ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões ( <i>"vobis fratribus monasterii Sancti Stephani Martino et Gundisalvo et aliis"</i> ) a herdade que possuía junto da igreja de Santo Estêvão ( <i>"in loco predicto ad aula de ipsa ecclesia Sancti Stephani"</i> ), com a obrigação de lhe prestarem assistência na velhice. Com referência às relíquias: <i>"ob honorem Sancti Stephani et reliquiarum que ibi recondite sunt"</i> (LF 360). Em LF 401 apresenta a data de 24 de Junho de 1072.
1073, Abril, 17	LF 361 = LF 399	<i>Iquila Rodosendiz</i> doa ao mosteiro de Santo Estêvão de Faiões a herdade de Vilarinho (Chaves) com a condição de aí ser admitido como religioso. Em LF 399 o diploma foi, por lapso do copista, registado com o ano de 1003 (Era MX'I em vez de Era MXXI).
1074, Maio, 12	LF 98	Ermígio doa a Paio Guterres e a sua esposa, Doroteia, a herdade que tem em Rio Mau, junto da Igreja de Santo Estêvão de Faiões – <i>"in villa vocitata Riu Malo juxta domum Sancti Stephani..."</i> .

1074, Junho, 1	LF 99	O Bispo D. Pedro concede a Ordonho Ermiges (filho de Ermígio – vd. LF 98) as herdades que os pais deste tiveram em Rio Mau (Chaves) (e que Paio Guterres e Doroteia tinham dado à Sé de Braga) e a quarta parte do casal de D. Argemundo para as possuir vitaliciamente, comprometendo-se a não alienar e a cultivá-las, deixando-as à Sé de Braga por sua morte.
1084, Dezembro, 23	LF 412	Os presbíteros Vímara e Paio doam a sua tia materna, <i>domna Leta</i> , dois terços da herança materna em Santo Estêvão de Chaves, para os amparar em vida e cuidar da sua sepultura e bens de alma depois de mortos. Por falecimento da tia, os bens reverteriam para a Igreja de Santo Estêvão (“ <i>Post obitum vero vestro revertat se ipsa hereditas ad ipsius reliquiarum locis aulam Sancti Stephani ubi cadaveres nostros tumulati fuerint</i> ”).
<b>1089, Julho, 1</b>	<b>Insc.</b>	<b>Sagração da Igreja de Santo Estêvão de Faiões.</b>
1100, Janeiro, 5	LF 410	Ximena Daniel doa a Paio Daniel os bens que possui em Santo Estêvão de Chaves (“ <i>in loco quem vocitant Sancto Stephano de Xavias discurrente rivvolum Tamice... inter Sancti Stephani et Faiones</i> ”), revertendo, por sua morte, para bens de alma.
1106, Novembro, 12	LF 358 = LF 396 = LF 653 = DMP, DP(III) 233	O presbítero Fernando Pais doa a S. Geraldo, arcebispo de Braga, a igreja de Santo Estêvão (“ <i>ecclesia Sancti Stephani</i> ”), a Ermida de S. Mateus com suas terras, e outros bens em Santo Estêvão de Faiões, os quais recebera de seu <i>avunculus</i> Martinho Sarraquiz.
1116, Abril, 18	LF 409 = DMP, DP(IV), 8	Oveco Gontiges e Paio Gontiges doam a Odório Guedaz e sua mulher, Aragunte Gomes, bens em Faiões.
1116, Junho, 26	LF 407 = DMP, DP(IV), 15	Urraca Pais troca com seu tio, Odório Guedaz, e sua mulher, Aragunte Gomes, uma herdade em Faiões por outra em Montesinhos.
[1118-1138]	LF 404 = LF 720	Aragunte Gomes e seus filhos doam ao arcebispo D. Paio Mendes e à Sé de Braga os bens que possuem em Faiões (“ <i>in villa Faiones</i> ”), em memória de Odório Guedaz, exceptuando a parte de Mendo Guedaz e de Ilduara Vasques. Odório Guedaz ainda era vivo em 16 de Junho de 1118 (LF 408 = DMP DP(IV) 70).
1124, Julho, 25	LF 487 = DMP, DR 67	A condessa D. Teresa institui e delimita o Couto de Faiões, que doa à Sé de Braga e a D. Paio Mendes.

1136	LF 436 = LF 715	O arcediago Gonçalo Afonso doa a Santo Estêvão de Chaves e à Sé de Braga, na pessoa de D. Paio Mendes, a herdade que tinha em Santo Estêvão, por herança materna, e outros bens adquiridos na zona. Em LF 436 sem data expressa (com datação crítica pelo episcopado de D. Paio Mendes, [1118-1138]). Em LF 715 com data expressa de 1136, que aqui adoptamos.
1160, Abril, 19	LF 490 = LF 566 = LF 813	Ilduara Vasques doa à Sé de Braga os bens que seu marido, Gonçalo Vasques, lhe tinha dado por arras em Santo Estêvão de Faiões (Chaves) e em Ninho de Águia (Orense): " <i>in villa Sancti Stephani de Flabias sub monte Batocas aquis discurrentibus ad flumen Tamice</i> ".

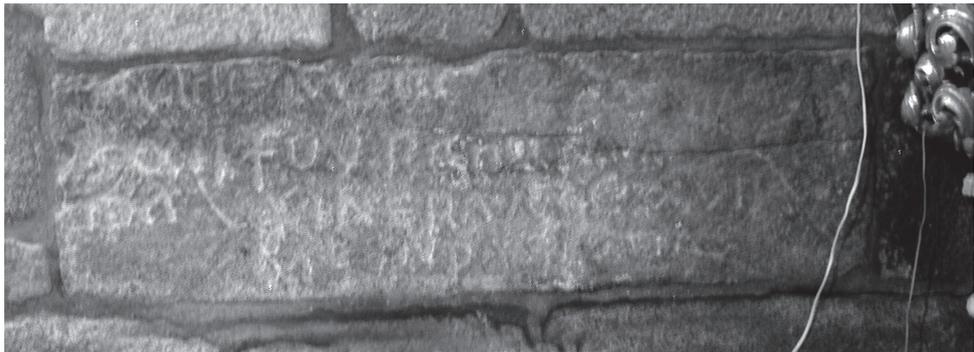


Fig. 1 – Inscrições da Igreja de Santo Estêvão (Chaves)

